

de verdadeira estupidez na forma de impor seus interesses. Mas não se trata disso. Do que se trata é de saber se a humanidade pode cumprir a sua missão sem uma verdadeira revolução a fundo do estado social da Ásia. Se não pode, então, e apesar de todos os seus crimes, a Inglaterra foi o instrumento inconsciente da história ao realizar essa revolução” (Marx, *O domínio do império britânico na Índia*). Essa revolução não ficou por aí; ela continuou por todo o século XX, pela força e pela ideologia, mas o fato é que hoje a polaridade Ocidente/Oriente vem transformando-se em figura de retórica.

Ao buscar uma análise e uma linguagem inovadora, esse livro, com todos os méritos que contém — e que não são poucos — permanece inscrito num

marxismo que tenderia a concordar com a lógica sociológica de Weber que atribui aos fenômenos ideológicos um desenvolvimento “imaneente”, cuja origem se encontra neles mesmos. A impressão causada é que seus resultados precederam todo e qualquer processo de análise.

Concordando ou divergindo dos caminhos percorridos por Del Roio, o fato é que seu livro é polêmico sim, mas fundamental a todos que mantêm uma perspectiva crítica e transformadora. Por isso mesmo, faço minhas as palavras: “Não acho nada mais penoso que me encontrar numa situação de oposição a alguém com quem atuaria de bom grado a partir de uma mesma direção de espírito”. (Do espólio de Goethe, *Sobre a literatura e a vida*)

## Giovanni Mazzetti

*Quel pane da spartire (Teoria generale della necessità di redistribuire il lavoro)*, Turim, Bollati Boringhieri, 1997, 325 p.

Antonino Infranca (Filósofo, colaborador de *Crítica Marxista* — Itália. Tradução de Ivo Tonet.)

A diminuição do tempo de trabalho está no centro do debate político tanto na Itália como no restante da Europa. O governo italiano decidiu seguir o governo Jospin na aprovação de uma lei que a partir de 2000 diminuirá a jornada de trabalho para 35 horas. A exigência da diminuição da jornada de trabalho foi um dos pontos de controvérsia na crise do governo Romano Prodi. O Partido da Refundação Comunista empreendeu uma batalha particularmente forte a esse respeito. O apoio, embora tímido, do Partido Democrático

da Esquerda (ex-PCI) e a própria disposição do Presidente do Conselho de Ministros, R. Prodi, foram outros dois elementos a favor da aprovação. Paradoxalmente, no entanto, os sindicatos e especialmente a Confederação Geral do Trabalho, permaneceram mais neutros, mostraram menos interesse e não se empenharam de modo nenhum na sustentação da exigência de diminuição da jornada de trabalho. Desse modo, verificou-se, na Itália, uma situação paradoxal: um partido de extrema-esquerda conduzia

uma batalha, no campo do trabalho, sem o apoio das organizações dos trabalhadores, mesmo daquelas mais próximas, ideologicamente, do Partido da Refundação Comunista. Desse modo, a batalha levada a cabo pelos neocomunistas, assumia tons mais político-civis do que sindicais ou econômicos.

O aspecto econômico, que deveria ter sido o mais importante, era colocado em segundo plano, com dois argumentos principais: a redução da jornada de trabalho é um modo não monetário de distribuir a riqueza aos trabalhadores e, para o Partido da Refundação Comunista, era o único motivo para continuar a apoiar um governo que, de outro modo, estava pedindo grandes sacrifícios aos trabalhadores para permitir que a Itália entrasse na moeda única européia, em acordo com as regras fixadas em Maastricht.

É exatamente sobre os aspectos econômicos globais que gostaria de demorar-me, partindo da discussão de um livro, entre os muitos que freqüentemente aparecem no mercado editorial: *Aquele pão para ser repartido*, de Giovanni Mazzetti, que tem como subtítulo *Teoria geral da necessidade de distribuir trabalho*. O ensaio merece, ao meu ver, uma atenção especial por diversos motivos que enumero rapidamente: a) a questão é tratada levando em conta as questões econômicas, porém sempre com uma perspectiva não econômica, mas social, cultural, civil, em resumo, humana; b) além disso, a proposta é sustentada por um conhecimento da matéria e do debate atual; c) a contínua referência a Marx articula a proposta com a tradição reivindicativa do movimento operário, renovando essa tradição num momento histórico — a globalização — não muito feliz para a luta dos trabalhadores; d) pela simpatia que marca um

intelectual que, após o fim do comunismo do Leste Europeu e durante a chamada crise das ideologias, não tem medo de utilizar Marx e de referir-se ao marxismo. Mas, obviamente, a simpatia não nos exime de fazer críticas.

No início, Mazzetti adverte o leitor, quase pedindo desculpas: “Nossa linguagem é, conscientemente, não especializada... Não especializada, entretanto, não quer dizer simplista” (p. 26). E a linguagem não especializada é exatamente um dos méritos do livro: com efeito, não se pode pretender expor uma teoria, que pretenda ser uma espécie de modelo universal, em linguagem acadêmica e especializada, a não ser tendo a intenção de dirigir-se aos especialistas e de deixar para os outros a tarefa de esclarecer e sistematizar a própria concepção; isso tornaria vão qualquer esforço intelectual.

É exatamente nesse gênero de atividade que se distinguem os acadêmicos e Mazzetti, pois, embora sendo um acadêmico, mantém uma excelente clareza de linguagem. O seu discurso é muito bem estruturado e confere validade à sua tese de fundo: uma vez que a situação econômica não permite aumentos salariais, poder-se-ia recompensar os trabalhadores com menos trabalho, ao invés de pagamento em dinheiro. Trata-se de uma tese muito antiga, sempre no centro das lutas do movimento operário, desde o seu nascimento. Mazzetti, no entanto, dá-lhe uma nova atualidade, com o auxílio do pensamento de Keynes. Contudo, há uns vinte anos atrás, o líder da *Autonomia* bolonhesa (movimento de extrema-esquerda), Bifo, e sem Keynes, tinha lançado o *slogan*: “Trabalhar todos, para trabalhar menos”. Agora é realizável essa possível diminuição do tempo de

trabalho. Na Alemanha, o debate está muito mais avançado do que entre os italianos, tanto que a Volkswagen já o está pondo em prática; na França, a diminuição do tempo de trabalho faz parte do programa de governo de Jospin.

Naturalmente, Mazzetti afirma que os salários não devem ser modificados ou, pelo menos, seu poder aquisitivo não deve diminuir. O atual nível de inflação torna ainda mais realizável a redistribuição do trabalho. Como Marx afirmava que trabalho e valor se equivalem e com eles se equivale também o dinheiro, uma diminuição do tempo de trabalho traria um efetivo aumento da riqueza dos trabalhadores. Estes teriam mais tempo livre para suas atividades livres; a utopia do jovem Marx estaria a um passo da sua realização. Essa é, de fato, uma idéia muito entusiasmadora.

O que fariam os trabalhadores liberados do trabalho? Antes de mais nada consumiriam mais ou, pelo menos, se poderia esperar um aumento do consumo. Para manter um nível mais elevado do consumo, teriam um tempo maior para um segundo trabalho e, então, se deveria impedir que esse trabalho se tornasse um novo campo de exploração do capital. De qualquer modo, são todos riscos que valem a pena correr porque trariam, ao meu ver, uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores, mas não diminuiriam, ao contrário aumentariam o nível do confronto social. Uma tal situação existia nos países socialistas, na medida em que o verdadeiro trabalho de um trabalhador começava quando terminava o trabalho *legal*. E essa é a primeira questão que o livro não resolve, embora nos permita formulá-la.

Mazzetti afirma que a realização da sua teoria, na Itália, é tarefa da política,

isto é, da ação dos partidos de esquerda e dos sindicatos e, como consequência, diz: “De modo geral, pensa-se apenas na possibilidade de resolver o problema do desemprego no plano nacional, criando trabalho mediante a subtração de mercado de outros países e, desse modo, agravando o seu desemprego” (p. 26). Tentemos inverter os termos e admitamos que se consiga fazer diminuir o trabalho sem tocar nos salários. Não se corre, talvez, o risco de que o capital transfira para o exterior a própria produção da riqueza? Posso até indicar para quais áreas: América Latina, Ásia Oriental e Europa do Leste. Ou seja, para onde existe um tecido industrial muito desenvolvido (o Brasil é a 10ª economia do mundo, a Rússia a 11ª, a Coréia do Sul a 12ª, a China praticamente a 7ª; dados de 1996) e uma força de trabalho bastante qualificada, mas muitas vezes com poucos níveis de sindicalização.

Como se sabe, o capital tende a ocupar e explorar as áreas que mais lhe permitem realizar lucros. Essa transferência da produção de riqueza e da exploração está em pleno andamento. O capital foi capaz de criar a globalização da economia, mas, como diz o sociólogo brasileiro Ricardo Antunes, “a única internacional existente é aquela do capital” (*Perché Marx è ancora attuale in Sudamerica e non solo*”, entrevista de Ricardo Antunes em *Cominform*, Roma, 10/6/1997). Com efeito, inexistem completamente políticas sindicais em nível internacional. Como podem sindicatos e partidos de esquerda enfrentar a transferência da produção para o assim chamado Terceiro Mundo, especialmente se estão empenhados na luta pela diminuição do tempo de trabalho?

Outra questão diz respeito às necessidades essenciais. Mazzetti afirma: “Para

desfrutar do tempo disponível como tempo 'livre', é preciso ter, pelo menos, o estômago normalmente satisfeito, não sofrer com as intempéries, com doenças ou com a falta de satisfação de outras necessidades essenciais. Isso, porém, era o que provavelmente não acontecia no passado" (p. 263). Embora as palavras sejam belas, onde elas são válidas? No Primeiro Mundo ou nos países considerados desenvolvidos? Mas Mazzetti não queria desenvolver uma "teoria geral"? A esta pergunta pode-se responder recorrendo novamente às palavras de Ricardo Antunes: "Quando a defesa da sociedade de mercado e do capital não é claramente explicitada nessas formulações, resta a proposição utópica e romântica do *tempo livre* no interior de uma sociedade fetichizada, como se fosse possível vivenciar uma *vida absolutamente sem sentido* no trabalho e *cheia de sentido fora dele* (...) tentando compatibilizar o *trabalho aviltado* com *tempo liberado*." (R. Antunes, *Adeus ao trabalho?*, Cortez. 1995, p. 86).

As idéias de Mazzetti seriam válidas somente para os países desenvolvidos, imaginando-se que existisse um verdadeiro muro que isolasse estes países do restante do planeta. No entanto, o contrário é que é verdadeiro: os capitais se transferem do Sul para o Norte do mundo, enquanto a exploração, de forma extremamente selvagem, vai sempre mais do Norte para o Sul. O capital funda o seu internacionalismo sobre a exportação da exploração.

Admitamos que a teoria de Mazzetti seja, de fato, "geral". Todos nós desejamos, sinceramente, que também nos países do Terceiro Mundo sejam resolvidos os problemas das necessidades essenciais, ou como as defini em outro

lugar, "necessidades humanas". A satisfação dessas necessidades não é uma questão local, mas, dada a globalização da economia, é um fato que nos interessa *diretamente*. Com efeito, se todos os habitantes da Terra conseguissem eliminar a fome, isso só seria possível com a condição de que não crescessem em número e de que fossem limitados os desperdícios do Primeiro Mundo. Se, além disso, se quer garantir a todos os habitantes da Terra um consumo mínimo de energia e de bens vitais, em todas as suas formas, no estado atual do desenvolvimento tecnológico, arrisca-se a destruição ecológica do planeta. É estranho que o livro de Mazzetti, tão cheio de dados, se ressinta da falta desses elementos e de uma consideração do problema da globalização da economia que repercute, por sua vez, sobre as necessidades essenciais e sobre o desemprego.

Seria necessário, ao meu ver, considerar sempre os problemas da economia em nível global e universal. Somente nessas condições as teorias serão concretas, isto é, realizáveis sem criar situações de piora efetiva e, pelo contrário, capazes de uma melhoria efetiva das condições de vida de toda a humanidade. É preciso pensar sempre que qualquer modificação da situação em um país, especialmente se for um país de primeiro plano como a Itália (5ª economia do mundo), ou um grupo de países como a Comunidade Européia, que globalmente representa a primeira economia do mundo, traz imediatamente conseqüências para todo o planeta. É preciso, portanto, pensar sempre que o nosso bem-estar é pago com a exploração de um trabalhador do *Outro Ocidente* (América Latina) ou do Terceiro Mundo.

INFRANCA, Antonino. Resenha de: MAZZETTI, Gio,vanni. Quel pane da spartire [Teoria generale della necessità di redistribuire il lavoro]. Turim: Bollati Boringhieri, 1997, 325 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.8, 1999, p.165-168.

***Palavras-chave:*** Trabalho; Sindicatos; Globalização.